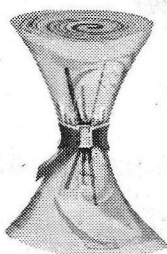


# Malan expõe ajuste ao Senado e acentua gravidade da crise

Ministro pede apoio do Congresso para aprovação do programa

Ele garante que não haverá desvalorização do real



**AJUSTE**

dólares em investimentos diretos entraram no Brasil desde novembro de 1997, o que qualificou como "uma prova da confiança internacional" no Brasil.

O ministro negou enfaticamente que o Brasil vá fazer uma midi ou maxidesvalorização, agora ou em qualquer tempo. "Não a faremos, pois os países que a fizeram (México, Tailândia e Indonésia) perderam no Produto Interno Bruto e tiveram aumento de desemprego. Não existe maxidesvalorização controlada", descartou Malan. Segundo ele, a atual política de minidesvalorizações é satisfatória: "Ao longo deste ano, estamos desvalorizando o real em 8% em relação ao dólar, enquanto a inflação deve ficar em 1,5%, o que resulta numa desvalorização real de mais de 6%".

## Debate

Foi um debate sem o brilho de outras apresentações do ministro, que deixou de lado sua corrosiva ironia, até para evitar o acirramento dos ânimos não só da oposição mas até de senadores aliados, que fizeram críticas às medidas que penalizam os servidores públicos ou aumentam impostos, como a CPMF. Ao final do debate, o Governo marcou um discreto ponto na direção da aprovação do pacote por ter enviado Malan ao Senado, embora a explanação do ministro deva contribuir muito pouco para convencer os senadores que não estão alinhados automaticamente com o apoio ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

**SÓCRATES ARANTES**  
Repórter do Jornal de Brasília



MALAN, entre Piva e ACM: "Vivemos num mundo perigoso"

Fotos: Humberto Pradera

## O QUE DISSE O MINISTRO

**Credibilidade** - Não existe a menor possibilidade de o resto do mundo acreditar no Brasil, se nós mesmos não acreditarmos em nossa capacidade de equacionar de maneira crível os nossos problemas.

**Produção** - Vários países, inclusive desenvolvidos, têm incentivado algumas atividades. São incentivos concedidos via orçamento, portanto previamente aprovados pelos respectivos Legislativos. São incentivos claros, a sociedade tem clara idéia de onde os está aplicando.

**Sonegação** - O combate à sonegação é uma questão essencial e foi ressaltada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso de 23 de setembro. Naquele dia, o presidente disse que se o corte de gastos não fosse suficiente, seria feita uma discussão aberta, como a que está sendo feita agora, para o aumento de impostos. A prioridade continua sendo o aumento da arrecadação, através do combate à sonegação, cobrança de dívida e ampliação do universo de contribuintes.

**CPMF** - A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira não é um imposto. A alíquota anual é ruim e a CPMF deve ter caráter transitório, deve ser rediscutida na reforma tributária. Se ela tiver continuidade, só será possível com alíquota mais baixa do que a que existe hoje.

**Anúncio das medidas** - O princípio básico dessas medidas foi apresentado à sociedade em 23 de setembro, em pronunciamento feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty, e só não foram anunciadas antes porque não estavam prontas. O objetivo final destas medidas é reduzir as carências, mazelas e desequilíbrios sociais. Na medida em que os escassos recursos deixem de ser canalizados para atividades produtivas e passem a ser direcionados para a área social, o Estado poderá concentrar-se em questões fundamentais como saúde e educação.

**Dívidas dos Estados** - Não acredito que os contratos firmados entre a União e os governos estaduais para o refinanciamento das dívidas sejam rompidos. Tampouco que algum governador tenha dito que não vai cumprir o contrato. Esse contrato não foi assinado com o governo "A" ou "B". Também não é apenas uma declaração pública. É contrato formal que foi, inclusive, submetido ao Senado.

**Inflação** - O retorno da inflação é a pior situação que pode acontecer para a população pobre do País.

**Exportações** - A meta de alcançar um volume de exportações de US\$ 100 bilhões em 2002 é uma linha de trabalho e não um objetivo inflexível a ser perseguido pelo governo brasileiro. Nunca se deve interpretar essa meta como algo que terá de acontecer independente do que ocorre no mundo. Isso não é algo para ser decidido internamente no País. O Governo pretende alcançar as maiores taxas de crescimento nas exportações possíveis, na atual conjuntura. Mas não utilizaremos "artifícios" para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, como a vinculação da taxa de câmbio à variação da inflação ou a concessão de subsídios a determinados setores.

**Importações** - Pelo lado das importações, o Brasil será cada vez mais proativo na aplicação de mecanismos de defesa comercial. A criação recente de uma carreira para funcionários públicos especialistas em aplicar a legislação antidumping também sinaliza mudanças. A meta deve ser contabilizada como objetivo a ser alcançado, mas não pode ser dissociada do que ocorre no resto do mundo.

**Câmbio** - Não faremos midi ou maxidesvalorização do real, pois os países que a fizeram (México, Tailândia e Indonésia) perderam no Produto Interno Bruto e tiveram aumento de desemprego. Não existe maxidesvalorização controlada", descartou Malan. Segundo ele, a atual política de minidesvalorizações é satisfatória: "Ao longo deste ano, estamos desvalorizando o Real em 8% em relação ao dólar, enquanto a inflação deve ficar em 1,5%, o que resulta numa desvalorização real de mais de 6%".

**Futuro do País** - Nosso futuro como País depende de nós, da nossa capacidade de responder às turbulências externas. O programa de ajuste fiscal deve ser visto em dois grandes blocos: mudanças no regime fiscal, com a introdução da idéia de restrição orçamentária, e a mudança estrutural no sistema fiscal, com a reforma tributária.

**FEF** - O FEF é uma emenda constitucional com vigência até o final do ano que vem. Não há portanto urgência na sua aprovação à vista de tantas outras providências que terão de ser tomadas.

**Conjuntura** - Vivemos num mundo perigoso e incerto, e não é problema apenas de alguns países. O mundo mudou, nem para pior nem para melhor, mas nosso espaço encurtou. Temos de ter condições de resolver os nossos problemas. Ou os resolvemos ou viveremos sempre à mercê dos problemas internacionais.